

Fatos de 2013 influenciarão 2014

Três acontecimentos marcaram o ano de 2013: a Copa das Confederações, a prisão dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470, e as manifestações de junho. E 2014 certamente será marcado pela realização, no Brasil, da Copa do Mundo e da eleição presidencial. Há relação intrínseca entre os dois anos, com a influência em 2014 dos fatos que marcaram 2013.

O primeiro ponto diz respeito à expectativa dos brasileiros quanto ao desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo, já que o Brasil ganhou a Copa das Confederações. Uma eventual derrota resultará em frustração e poderá ter reflexos sobre o resultado da eleição presidencial.

O segundo aspecto se refere à exploração que a imprensa e os partidos de oposição farão durante a campanha presidencial da prisão dos chamados mensaleiros, com o nítido propósito de prejudicar o desempenho eleitoral da presidente

Dilma, que disputará a reeleição.

E o terceiro tem a ver com a continuidade das manifestações em 2014, tendo como estopim a eleição presidencial e a Copa do Mundo, em face da tímida resposta do governo e do Congresso à pauta das ruas.

Em que pese o Congresso ter transformado em norma legal o fim do voto secreto no Poder Legislativo e ter rejeitado a Emenda Constitucional 37, muitos pontos objeto das manifestações sequer foram considerados pelo Governo e pelo Congresso e outros tantos, sobre os quais houve iniciativa, ainda estão pendentes de deliberação.

Sobre as pendências no Parlamento, a agenda é ampla: (1) a ficha limpa para servidores públicos, (2) a transformação da corrupção em crime hediondo, (3) o passa livre, (4) o fim da aposentadoria de juízes e promotores punidos administrativamente, (5) a perda

automática de mandato de condenados com trânsito em julgado, entre outros, que faziam parte da agenda de protestos.

Além disto, existe outra agenda pendente que, embora não tenha relação direta com as manifestações, também ficou para ser votada em 2014, como: (a) o Código de Mineração, (b) o Código de Processo Civil, (c) o marco civil da internet, (d) o financiamento da saúde, (e) o Plano Nacional de Educação, (f) a reserva de 20% dos cargos para negros, (g) o orçamento impositivo, e, (h) a chamada agenda bomba, com aumento de despesa para os entes federativos.

Como se vê, 2013 só terminará em 2014, quando forem concluídas suas pendências. Confirmadas as premissas acima, 2014 só entrará para o calendário político se houver grave crise econômica ou se houver alternância na Presidência da República. Esperemos.

A Diretoria

Previdência Social

Governo regulamenta aposentadoria para deficientes

Página 5

Congresso Nacional

Produção legislativa em 2013 foi positiva

Página 6

DIAP 30 anos

Sessão solene no Senado homenageia três décadas

Páginas 2,3 e encarte

HOMENAGEM

Paim homenageia 30 anos de atuação do DIAP em favor dos trabalhadores

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento na tribuna do Senado Federal no dia 18 de novembro elogiou o trabalho realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) em defesa dos trabalhadores no Congresso Nacional.

“O Diap tem cumprido um papel fundamental aqui no Congresso Nacional fazendo a ponte com o conjunto do movimento sindical. Eu diria, inclusive, que as principais conquistas aqui aprovadas, principalmente na elaboração da nova Constituição (1987/1988), tiveram a marca do Diap”, disse Paim.

Na elaboração da Carta Cidadã a proposta do Diap foi incorporada quase na íntegra no capítulo da ordem social da nossa Constituição Cidadã.

30 ANOS

O senador foi autor de requerimento para realização de sessão solene para comemoração dos 30 anos da entidade, que foi fundada em 19 de dezembro de 1983.

Em seu discurso, Paim destacou a missão institucional do Departamento:

“criado para atuar junto aos Poderes da República, em especial o Congresso Nacional e, excepcionalmente, junto às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, no sentido de debater, ajudar, formular, contribuir, divulgar propostas que sejam de interesse dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, principalmente do campo e da cidade, enfim, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais dos trabalhadores e aposentados.”

E prosseguiu: “é um instrumento dos trabalhadores que foi idealizado pelo advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende, atual diretor técnico da entidade e que – faço aqui um aparte – faz hoje um trabalho espiritual muito, muito interessante no fortalecimento de uma política humanitária e de paz junto à humanidade.”

O comando institucional também foi destacado: “o Diap é constituído por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando ali centrais, confederações, sindicatos, associações, que estão distribuídos em todos os Estados e no DF, que exercem

o comando político de uma entidade suprapartidária e intersindical. Sua diretoria, por igual, é constituída por dirigentes sindicais. O atual presidente é Celso Napolitano, do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro/SP)”.

Os serviços oferecidos às entidades sindicais e à sociedade foram lembrados pelo senador gaúcho ao dizer que “diariamente, o Departamento confecciona um boletim eletrônico denominado Agência Diap, que é enviado aos filiados, por e-mail, e disponibilizado na página do Departamento na internet. Com periodicidade mensal, publica o boletim do Diap.

Além disso, edita séries anuais, como: “Os Cabeças” do Congresso Nacional, Agenda para Falar com os Poderes e outras publicações, como os Estudos Técnicos, Estudos Políticos, Caderno Debate e atuação parlamentar de cada um dos Deputados e Senadores.

Ressalte-se neste momento, a edição histórica, o “Quem foi Quem na Constituinte” rastreou a atuação dos Parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte. Eu estava lá e tive a satisfação de receber um exem-

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão
Ulisses Riedel de Resende

Edição
Viviane Ponte Sena

Redação
Alysson Alves, André Luis dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de
Sant'Ana, Marcos Verlaque, Neuriberg Dias, Ricardo
Dias de Carvalho, Robson Lopes
e Viviane Ponte Sena

Diagramação
Fernanda Medeiros
Fone: (61) 3224-5021
Ilustração capa: Cerino
Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO-SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Jacy Afonso (SEEBB-DF)

João Batista da Silveira (SAAE-MG)

Nelson de Miranda Osorio (COBAP)

Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS-DF)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF-DF)

Suplente

Carlos Cavalcante Lacerda (CNTM)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Mário Souto Lacerda (SAEP-DF)

Tesoureiro

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente

Maria das Graças Costa (CUT-Nacional)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos-SP)

Pedro Armengol (CONDSEF-CUT)

Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos
Moedeiros)

Suplentes

Ricardo Nerbas (SINTEC-SP)

Arthur Emílio O. Caetano (STIU-DF-FNU)

Francisco Pereira da Silva (SINRAD-DF)

plar, em que constavam os parlamentares constituintes nota dez. Tive a alegria de receber essa homenagem do Diap.

APARTE DO SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG

Em aparte, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) se associou ao senador Paim na homenagem prestada ao Diap. “O Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar cumpre um papel muito importante no sentido de assessorar as entidades sindicais e o movimento popular nas suas demandas aqui no Congresso Nacional. Faz isso de uma forma transparente e fazendo com que os cidadãos e as cidadãs brasileiras, em todo o País, tenham acesso às informações da atuação parlamentar”.

Rollemberg disse também sobre a felicidade pessoal de ser um dos cem parlamentares mais influentes do Parlamento. “Sinto-me muito honrado, desde o meu primeiro mandato como deputado federal e agora como senador, de constar na lista dos “Cabeças” do Congresso Nacional produzida pelo Diap”.

Falou também sobre conversas

com o Diap para o exercício do mandato parlamentar. “Quando me elegi deputado federal, busquei conversar com algumas pessoas que, no meu entendimento, tinham conhecimento profundo do Congresso, até para me aconselhar. Quero registrar, senador Paulo Paim, que uma das conversas mais importantes e mais produtivas que tive foi com o Toninho do Diap.

Ele me orientou bastante no início do meu mandato de deputado federal. E me lembro que ele me dizia: “Olha, você tem que procurar ao longo do seu primeiro mandato ser o coordenador da bancada do Distrito Federal, ser o líder da bancada do PSB e ser relator setorial do orçamento”. Isso mostra o seu conhecimento. E eu busquei esses três objetivos. E fui, já nos primeiros anos, vice-líder do PSB, depois líder do PSB durante os últimos dois anos, fui coordenador da bancada de deputados e senadores do PSB e fui relator setorial de orçamento na área de Justiça e Defesa”.

“Sem dúvida, isso contribuiu muito para o exercício do meu mandato, para bem representar a população de Brasília, e me ajudou com isso para

que eu tivesse o reconhecimento da população do Distrito Federal para eu me eleger senador posteriormente. Portanto, sou muito grato ao Toninho do Diap. E tenho um profundo reconhecimento pelo trabalho que o Diap desempenha. Quero, assim, associar-me a V. Ex^a, parabenizando-o mais uma vez por esse reconhecimento, V. Ex^a que é profundamente ligado às lutas sindicais e populares deste País, mas aqui quero fazer uma homenagem também a todos que fazem do Diap esta instituição bastante reconhecida e respeitada no Brasil. Muito obrigado.”

Ao finalizar seu discurso, o senador Paulo Paim afirmou que a história do Diap é bonita, muito, muito bonita. Como diz a canção: “E a vida, e a vida, é bonita, é bonita e é bonita”, que nos orgulha. O Diap tem cumprido um papel fundamental aqui no Congresso Nacional fazendo a ponte com o conjunto do movimento sindical.”

Vida longa ao Diap!

A íntegra dos discursos proferidos na sessão solene podem ser conferidos no encarte.

Plano Nacional de Educação: metas e temas que serão apreciados pela Câmara dos Deputados

META	TEMA
1	Educação infantil (expansão da creche e universalização da pré-escola)
2	Ensino fundamental (universalização do acesso e conclusão na idade certa)
3	Ensino médio (universalização do acesso e matrícula na idade certa)
4	Educação especial (universalização do acesso e atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação)
5	Alfabetização na idade certa (8 anos, 7 anos e, ao final do plano, 6 anos)
6	Educação em tempo integral (50% das escolas e 25% dos alunos da educação básica)
7	Qualidade da educação básica (melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB)
8	Elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos e diminuição da desigualdade educacional (rural, Norte/Nordeste, 25% mais pobres)
9	Erradicação do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional (50%)
10	Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional (25% das matrículas do ensino fundamental e médio)
11	Educação profissional de nível médio (triplicar matrículas e assegurar 50% de vagas gratuitas)
12	Educação superior (expansão do acesso, especialmente população 18-24 anos)
13	Qualidade da educação superior e titulação do corpo docente (75% mestres e doutores, sendo doutores 35%)
14	Expansão da pós-graduação (60 mil mestres e 25 mil doutores por ano)
15	Formação de profissionais da educação (inicial e continuada)
16	Formação de professores da educação básica (formação continuada e pós graduação)
17	Valorização dos profissionais do magistério público (remuneração equiparada a demais profissionais)
18	Carreira dos profissionais da educação básica e superior (planos e piso salarial)
19	Gestão democrática do ensino público (básico e superior)
20	Investimento público em educação (10% do PIB)
21	Estimular Produção Científica (4 doutores por cada mil habitantes)

INTERNET

Caixa disponibiliza consulta ao FGTS dos últimos 25 anos

A Caixa Econômica Federal lançou uma nova opção para gerar e visualizar extratos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A ferramenta permite consultar, pela internet, o extrato dos lançamentos dos últimos 25 anos, ocorridos após a centralização das contas do FGTS na Caixa.

Antes, o trabalhador podia obter, pela internet, apenas os últimos seis registros. O serviço eletrônico “Extrato Completo” já está disponível nos endereços: www.caixa.gov.br e www.fgts.gov.br.

Para ter acesso às informações, o trabalhador deve cadastrar uma senha no portal, informar o número do seu PIS e aceitar o “Termo de

Cadastramento”. Além do “extrato completo”, o internauta tem à disposição os serviços de atualização de endereço, extrato por e-mail e para celular.

A estimativa da Caixa é 2 milhões de acessos ao novo serviço até o final 2013. Nos últimos 12 meses, mais de 25 milhões de trabalhadores acessaram os serviços eletrônicos do FGTS. Segundo o banco, foram enviados mais de 300 milhões de extratos diretamente para as residências desses clientes.

A Caixa também disponibilizou, no período, consultas de saldo nos terminais de autoatendimento e enviou mais de 50 milhões de mensagens eletrônicas para o te-

lefone indicado pelo trabalhador.

De acordo com a Caixa, ao optar pelo serviço de mensagens no celular, o trabalhador recebe, gratuitamente, informações da conta vinculada ao FGTS, como o valor do depósito mensal feito pelo empregador, o saldo atualizado com juros e correções monetárias, a liberação de saque e outras movimentações.

São enviadas duas mensagens por mês: uma referente ao recolhimento regular e outra referente ao crédito de juros e a atualização monetária. A adesão a esse serviço inibe a geração de extrato bimestral do FGTS, contribuindo para a preservação do meio ambiente e redução do consumo de papel, diz a Caixa.

Comissão reduz de 70 para 65 anos a possibilidade de saque do FGTS

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público apreciou no dia 11 de dezembro uma pauta exclusiva de matérias que versam sobre Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Entre os projetos aprovados, destaque para o PL 6.609/2009, que reduz de 70 para 65 anos a idade que o trabalhador possa movimentar sua conta vinculada.

O colegiado permanente também aprovou o PL 6.811/2010, que permite a movimentação da conta do FGTS para a compra de

imóvel pelo trabalhador rural.

Agora, o PL 6.609, que teve origem no PLS 322/2006, de autoria do ex-senador Demóstenes Torres (DEM-GO), será analisado pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

IMÓVEL RURAL

Quanto ao PL 6.811, que teve como origem o PLS 86/2003, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), amplia a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS de

modo a permitir ao agricultor e sua família a aquisição de imóvel rural.

Atualmente, a legislação autoriza o saque do fundo em diversas situações, como em casos de demissão sem justa causa, compra da casa própria, aposentadoria pela Previdência Social e se o trabalhador ou algum de seus dependentes for acometido de câncer ou Aids.

Agora, o PL 6.811 também será apreciado pela Comissão de Finanças e Tributação e, em seguida, a de Constituição e Justiça e de Cidadania.

CIDADANIA

Governo regulamenta aposentadoria para pessoas com deficiência

A presidenta Dilma Rousseff assinou no dia 2 de dezembro o Decreto nº 8.145, de 3/12/2013, regulamentando a Lei Complementar 142/2013, que garante aposentadoria especial para pessoas com deficiência. A cerimônia foi realizada no Palácio do Planalto, em Brasília.

Durante a assinatura do Decreto, a presidenta parabenizou o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e disse estar feliz pelo cumprimento de um importante mecanismo de acesso à cidadania. “Estamos saldando uma dívida, pois essa questão era para ser regulamentada desde a Constituição de 1988”. E prosseguiu: “deficiência não é invalidez, não é doença e deve ser respeitada”, completou.

Dilma reforçou que os parâmetros para concessão da aposentadoria serão delimitados após a realização de uma avaliação funcional, que vai levar em conta, além da deficiência, as condições de vida da pessoa.

Foram delimitados três tipos de aposentadoria, definidos de acordo com a gravidade da deficiência

(leve, moderada e grave). De acordo com o Decreto, o grau de deficiência será atestado por perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO

- 25 anos de contribuição, para homens, e 20 anos, para mulheres, no caso de segurado com deficiência grave;

- 29 anos de contribuição (homem) e 24 anos (mulher) no caso de segurado com deficiência moderada;

- 33 anos de contribuição (homem) e 28 anos (mulher) no caso de segurado com deficiência leve; ou

- 60 anos de idade (homem) e 55 anos de idade (mulher) independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido o tempo mínimo de contribuição de 15 anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Segundo dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo

IBGE, 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência. Desse total, pelo menos 17 milhões serão beneficiados.

CONTRIBUIÇÃO

Em situações graves, o tempo de contribuição passa a ser de 25 anos para homens e 20 para mulheres. Em casos moderados exige 29 anos de contribuição para homens e 24 para mulheres. E para os segurados que têm deficiência leve, são 33 anos para os homens e 28 para as mulheres.

As pessoas com deficiência também podem se aposentar aos 60 anos de idade, se homem, e 55 anos, se mulher, para qualquer grau de deficiência, desde que tenham contribuído por pelo menos 15 anos e comprovem a existência da deficiência pelo mesmo período.

Caso o segurado se aposente por tempo de contribuição, o valor do benefício será de 100%. Já no caso de aposentadoria por idade, o benefício será de 70% do salário, mais 1% para cada 12 contribuições mensais.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PORTADORES DE DEFICIÊNCIA		
Grau da deficiência	Homem	Mulher
Grave	25 anos	20 anos
Moderada	29 anos	24 anos
Leve	33 anos	28 anos
APOSENTADORIA POR IDADE - PORTADORES DE DEFICIÊNCIA		
Exigências	Homem	Mulher
Idade	60 anos	55 anos
Grau da deficiência	Independentemente	
Tempo mínimo de contribuição e comprovação da existência de deficiência	15 anos	

Produção legislativa em 2013 foi positiva

Antônio Augusto de Queiroz*

A produção legislativa em 2013, considerando o período de 1º de janeiro a 10 de dezembro, perdeu em quantidade mas ganhou em qualidade em relação a anos anteriores. Nesse período foram transformadas em norma legal 117 proposições, sendo 110 em leis ordinárias, duas em lei complementar e cinco em Emendas à Constituição.

Em termos quantitativos, a produção legislativa foi baixa porque o governo, temendo a aprovação da “agenda bomba” – formada por proposições polêmicas ou com aumento de despesa – manteve a pauta trancada por projeto de lei em urgência constitucional ou por edição de medidas provisórias.

A “agenda bomba” foi elaborada pelos presidentes da Câmara e do Senado, em grande medida para atender às demandas das manifestações de junho, com muitas proposições de forte impacto financeiro nos três entes da federação. Como exemplo, basta dizer que entre os projetos estava o que institui o passe livre estudantil em todo o País.

Qualitativamente, é possível identificar certo equilíbrio em matéria de políticas públicas de interesse da sociedade brasileira, com a aprovação de leis em diversas áreas de atuação do Estado, especialmente: social, econômico-tributária, trabalhista e de transparência e controle.

Na área social, merecem destaque o Estatuto da Juventude, a destinação à saúde e à educação de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, o atendimento obrigatório e integral às pessoas em situação de violência sexual, a criação do programa Mais Médicos e o financiamento de bens duráveis para os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No campo econômico-tributário, as principais leis cuidam tanto de po-

líticas anticíclicas, no enfrentamento à crise, quanto de medidas estruturais, como a desoneração da folha e dos impostos federais incidentes sobre as tarifas de transporte coletivo municipal, a redução da tarifa de energia elétrica e a zeragem dos tributos federais sobre a cesta básica.

Na esfera trabalhista foi promulgada a Emenda à Constituição que estende aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores, houve a sanção da lei que isentou do imposto de renda parcela recebida a título de participação nos lucros ou resultados, e foi publicada a lei complementar que institui aposentadoria especial para os deficientes.

Na área da transparência e do controle social também foram aprovadas importantes proposições, como as leis que tratam da responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública e do conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego público, e a Emenda à Constituição que institui o voto aberto na cassação de mandatos e na apreciação de vetos presidenciais.

Quanto ao tipo de proposição, das 117 transformadas em norma legal, 110 são leis ordinárias – sendo 74 oriundas de projetos de lei ordinários (PL) e 32 de medidas provisórias (MPs), tendo sido 27 destas transformadas em Projeto de Lei de Conversão (PLV) por alterações de MPs pelo Congresso – duas são Leis Complementares, que resultaram de PLP – Projeto de Lei Complementar e cinco são Emendas à Constituição, naturalmente, oriundas de Propostas de Emenda à Constituição.

Do ponto de vista da tramitação, das 117 proposições transformadas em norma legal, 82 foram aprovadas nos Plenários da Câmara e do Senado – projetos de lei ordinários, projetos de lei complementar, PLNs, MPs e PECs – e 35 conclusivamente pelas comissões temáticas. Se considerarmos que das 82 aprovadas em plenário, apenas 35 poderiam ser

aprovadas conclusivamente pelas comissões, dispensada a votação em plenário, conclui-se que as comissões foram tão eficientes na produção legislativa quanto os plenários das duas Casas do Congresso.

Em relação à iniciativa das 117 proposições transformadas em norma legal, 58 foram do Poder Executivo, 54 do Poder Legislativo, quatro do Poder Judiciário e uma do Tribunal de Contas da União. Das 58 leis oriundas do Poder Executivo, 38 surgiram de proposições de iniciativa privativa da Presidência da República, caso das 32 oriundas de MPs, sendo sete destas sobre abertura de crédito, e de quatro PLNs, projeto sobre matéria orçamentária.

Logo, se excluirmos todas as matérias de iniciativa privativa do Poder Executivo ou apenas aquelas sobre crédito e matéria orçamentária, sobre as quais o Congresso não tem poder de propor, o Poder Legislativo teve mais leis de sua iniciativa nesse período do que o Poder Executivo.

Apesar de alguns temas reivindicados nas manifestações de junho não terem sido aprovados no período analisado – como a ficha limpa para servidores públicos, o passe livre, a transformação da corrupção em crime hediondo, o Fundo Nacional de Educação e a reserva de 20% das vagas para negros nos concursos públicos, entre outros – o ano de 2013 foi bom do ponto de vista legislativo.

No plano geral, o ano de 2013, a despeito do baixo crescimento econômico como ocorreu no resto do mundo, foi positivo porque: (a) manteve os empregos e aumentou a renda dos trabalhadores, (b) houve investimentos produtivos do governo, especialmente na área de infraestrutura, e (c) constatou-se avanços nas áreas de saúde e educação, com ampliação de recursos para estes setores essenciais para o desenvolvimento do País. Que venha 2014!

(*) *Jornalista, analista político e Diretor de Documentação do Diap*

CARTA CIDADÃ

Lideranças sindicais cobram regulamentação de direitos constitucionais dos trabalhadores

Representantes de movimentos sindicais querem a regulamentação de mais de 100 dispositivos constitucionais que ainda não podem ser aplicados em sua totalidade, principalmente os que afetam diretamente interesse dos trabalhadores, como a proteção contra a demissão imotivada, o direito de greve e a concessão de aposentadoria especial dos servidores públicos.

A cobrança foi realizada no dia 16 de dezembro durante audiência da Comissão de Direitos Humanos Legislação e Participação Popular (CDH) convocada para discutir os 25 da Constituição e a situação dos direitos trabalhistas nela previstos.

Os expositores foram unânimes em apontar os avanços da Carta de 1988. Por outro lado, demonstraram desconfiança e receio em relação a projetos de lei e emendas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional que buscam flexibilizar, reduzir ou até mesmo eliminar direitos da Carta Cidadã.

Embora a Constituição tenha trazido avanços, há demora na regulamentação de muitos pontos e, quando ela acontece, muitas vezes, é de maneira inadequada. Isso é motivo de preocupação e exige luta para não deixarmos haver retrocessos – afirmou o diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antônio Lisboa Amâncio do Vale. Ele citou como exemplo a proposta de regulamentação do direito de greve dos servidores, que se trata, na verdade de um projeto “antigreve”.

Para o vice-presidente Nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros, Flávio Werneck Meneguelli, a proposta é “assustadora” e chega a ser uma vedação de direito constitucional, que não pode jamais ser aprovada. O tema está sendo tratado pela Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição (CMCLF), que deve votar o relatório do senador Romero Jucá sobre o direito de greve no serviço público no próximo ano.

Os expositores foram unânimes em apontar os avanços da Carta de 1988. Por outro lado, demonstraram desconfiança e receio em relação a projetos de lei e emendas constitucionais em tramitação no Congresso Nacional que buscam flexibilizar, reduzir ou até mesmo eliminar direitos da Carta Cidadã

TERRORISMO

Já o representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), José Maria de Almeida, criticou a proposta que tipifica a realização de movimento grevista como crime de terrorismo. Segundo ele, do jeito que está, se houver uma greve no setor de transporte, por exemplo, os trabalhadores poderão ser enquadrados como terroristas.

A Constituição assegura a liberdade de manifestação, mas o movimento sindical vem suportando há anos leis restritivas. Há uma escalada da repressão policial às manifestações de rua e às greves. Agora mesmo, o governo do Ceará vai gastar R\$ 500 milhões em armas não letais. Em São Paulo, há 160 trabalhadores e jovens indiciados por acusados de liderarem manifestações. Estão querendo transformar lideranças dos movimentos sindicais e sociais em chefes de quadrilhas, reclamou.

NOVOS DEBATES

Diante da queixa, o senador Paulo Paim informou que pretende debater a tipificação do terrorismo na Comissão de Direitos Humanos. A questão também está sendo tratada pela Comissão de Consolidação da Legislação Federal. O senador disse ainda que vai pedir ao Ministério da Justiça apoio a lideranças sindicalistas que estão sendo ameaçadas, conforme relatos apresentados na audiência. Segundo ele, a CDH vai realizar uma nova audiência pública para discutir pontualmente a liberdade de manifestação e a criminalização de movimentos sociais.

Também participaram da reunião o secretário-geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Roberto Tesch Auversvald; o vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Lourenço Ferreira do Prado; e o representante da Secretaria Nacional da Alimentação da Força Sindical, João Agostin.

PISO SALARIAL

Salário mínimo em 2014 será de R\$ 724

O Congresso Nacional aprovou na madrugada do dia 18 de dezembro a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (PLN 9/13). O valor total do Orçamento da União do ano eleitoral e de realização da Copa do Mundo de Futebol, nos termos do substitutivo apresentado, é de R\$ 2,48 trilhões, dos quais R\$ 654,7 bilhões são referentes à rolagem da dívida pública. O salário mínimo previsto para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro do ano que vem é de R\$ 724.

O texto aprovado prevê um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4% no ano que vem. A inflação prevista será de 5,30% cujo cálculo é pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA). A taxa de juros (Selic) média prevista é de 9,29%.

O relator-geral da proposta, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), disse que o Orçamento de 2014 reflete um amplo entendimento dos parlamentares. Para garantir o salário mínimo de R\$ 724, Corrêa remanejou recursos para viabilizar o aumento de R\$ 1,10 em relação aos R\$ 722,90 previstos na proposta original do Executivo.

O texto eleva o investimento público em R\$ 900 milhões para o próximo ano e mantém despesas com pessoal. O total de investimento público previsto será de R\$ 105,6 bilhões.

Pelo relatório, o investimento do

orçamento fiscal e da seguridade social passará de R\$ 74,6 bilhões, previsto na proposta original do Executivo, para R\$ 75,7 bilhões, um aumento de 1,4%.

FUNDO PARTIDÁRIO

Em razão das eleições gerais de 2014, o relator acatou a inclusão de R\$ 100 milhões do orçamento para o Fundo Partidário. Com essa medida, o valor previsto para o gasto dos partidos em 2014 passará para R\$ 364,3 milhões.

De acordo com a legislação, a maior parte do recurso (95%) do fundo é distribuída de acordo com a proporção de cada partido na Câmara e 5% de forma igual a todos os partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Dilma sanciona minirreforma eleitoral com cinco vetos

Foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 12 de dezembro a Lei nº 12.891/2013, resultante do projeto de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) aprovado pelo Senado em novembro. A presidente Dilma Rousseff promoveu cinco vetos ao texto, um deles ao parágrafo que proibia a pintura ou a afixação de faixas de propaganda eleitoral em bens particulares, como casas e muros.

Outro veto foi feito para evitar

que fosse abrandada penalidade a ser aplicada aos partidos que não apresentarem prestação de contas ou que tiverem a prestação de contas rejeitada pela Justiça. Entre as punições já previstas pela lei nesses casos, está a suspensão dos repasses do fundo partidário. O PLS 441/2012 previa que a suspensão não seria aplicada no segundo semestre de ano eleitoral. Com o veto, a lei continua como está.

Também foi vetado o ponto que incluía as associações sem

fins lucrativos entre as entidades autorizadas a fazerem doações a partidos políticos, desde que não recebam recursos públicos. Com o veto, essa permissão continua exclusiva das cooperativas.

Por fim, foram votados dois parágrafos semelhantes que especificavam a forma como deve ser feita a prestação de contas dos gastos partidários com passagens aéreas. Segundo esses dispositivos, bastaria a apresentação de fatura ou de duplicata emitida por agência de viagem.

Regulamentação da meia-entrada segue para sanção presidencial

Os senadores aprovaram no dia 4 de dezembro e enviaram para sanção presidencial o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS 188/07), que regulamenta o benefício da meia-entrada em salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento.

A votação foi acompanhada por dúzias de estudantes, na galeria do Plenário, a maioria deles ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre as polêmicas da proposta - a responsabilidade pela emissão das carteiras - os senadores mantiveram a emissão a cargo das entidades estudantis.

A maior novidade do texto aprovado é a inclusão de pessoas com deficiência entre os beneficiários da meia entrada. O projeto contempla também o direito à meia-entrada para estudantes, jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos e idosos - todos já beneficiados por legislações anteriores.

A concessão da meia-entrada é assegurada para pelo menos 40% dos ingressos disponíveis e não se aplica aos eventos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

O relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) acolheu sugestões apresentadas pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e retirou do texto final expressões que pudessem ser interpretadas como prejudiciais aos direitos dos idosos.

Os idosos já têm direito a pagar 50% da entrada inteira nesses eventos e espetáculos, pois já há essa previsão no Estatuto do Idoso. O projeto aprovado não altera o Estatuto da Juventude, que também já prevê o benefício para jovens de baixa renda e estudantes.

Em seu formato original, o projeto, de iniciativa dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns

(PSDB-PR), previa o benefício apenas para estudantes e idosos com mais de 60 anos. No entanto, o substitutivo da Câmara incluiu as pessoas com deficiência e os jovens de baixa renda de 15 a 29 anos, independentemente de vinculação ao sistema educacional. No caso das pessoas com deficiência, a meia-entrada será concedida, inclusive, quando necessário, ao acompanhante.

CARTEIRA ESTUDANTIL

Para terem direito ao benefício, os estudantes devem comprovar essa condição por meio da apresentação da Carteira de Identificação Estudantil (CIE) emitida por entidades estudantis de cada segmento. Os jovens carentes terão de comprovar essa condição por meio de comprovação de que estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A confecção da Carteira de Identidade Estudantil deverá seguir modelo único nacionalmente padronizado e publicamente disponibilizado pelas entidades estudantis qualificadas em lei e, mediante certificação digital, pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). Cinquenta por cento das características da carteira poderão ser locais ou regionais. A carteira deverá ser renovada a cada ano.

O texto aprovado determina, ainda, que as carteiras estudantis serão emitidas pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e pelas entidades municipais ou estaduais filiadas a essas três instituições. Também ficam autorizadas a emitir as carteiras todos os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e os Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs), filiados ou não à UNE, Ubes ou ANPG.

Ao defender a aprovação da matéria, o relator destacou que a aprovação da proposta só foi possível após ampla

negociação com lideranças partidárias e representantes de grupos estudantis, do setor cultural e de grupos de defesa dos idosos. Ele disse acreditar que a proposta vai proporcionar a redução do preço de ingressos para eventos e espetáculos ao disciplinar a meia-entrada e as carteiras estudantis.

FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

O projeto aprovado estabelece que o benefício da meia-entrada não será cumulativo com “quaisquer outras promoções e convênios” e também não se aplica ao valor de serviços adicionais como “camarotes, áreas e cadeiras especiais”.

O respeito ao mínimo de 40% deverá ser comprovado pelos realizadores dos espetáculos e eventos “por meio de instrumento de controle que faculte ao público o acesso a informações atualizadas referentes ao quantitativo de ingressos de meia-entrada disponíveis para cada sessão”.

As produtoras dos eventos deverão disponibilizar o número total de ingressos e o número total de meias-entradas em todos os postos de venda, “de forma visível e clara”. Se os ingressos disponíveis para os usuários da meia-entrada esgotarem, a produtora também terá de divulgar o fato de maneira clara nos postos de venda.

O projeto estabelece ainda que os órgãos públicos competentes federais, estaduais e municipais, como o Ministério da Cultura e secretarias estaduais e municipais, ficarão responsáveis pela fiscalização do cumprimento da lei. A população também será um grande fiscal da aplicação da futura lei.

A proposta prevê ainda sanções que poderão ser aplicadas às entidades que emitirem carteiras estudantis de maneira irregular ou fraudulenta: multa, suspensão temporária da autorização para emitir carteiras ou a perda definitiva dessa autorização.

Projeto que cria consórcio de empregadores urbanos inicia tramitação na Câmara

Chegou na Câmara dos Deputados o PLS 478/2012, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que institui o chamado consórcio de empregadores urbanos. Na Casa do Povo, a proposição tramita como Projeto de Lei (PL) 6.909/2013.

O PL será apreciado inicialmente pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior (CDEIC), em seguida pelas comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), Trabalho e Administração (CTASP) e, por último, a de Constituição e Justiça (CCJ).

É salutar o registro de que a matéria não será votada no plenário da Câmara dos Deputados, salvo apresentação de recurso suscitado por 51 deputados.

POR DENTRO DA PROPOSTA

Pouco debatido, tendo sido apresentada no dia 22 dezembro de 2012, o PLS 478 foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais com parecer pela aprovação do relator, senador Sérgio Souza (PM-DB-PR), que inclui o produtor rural no rol dos possíveis formadores de consórcio de empregadores.

A proposta equipara ao empregador o consórcio formado por pessoas, físicas ou jurídicas, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, dirige e assalaria a prestação pessoal de serviços.

De acordo com o texto aprovado, o consórcio deverá ser registrado no cartório de títulos e documentos do local da prestação dos serviços e, neste documento, será designado o empregador que administrará as relações de trabalho do consórcio.

A anotação da Carteira de Trabalho e de Previdência Social será feita pelo empregador administrador, com menção à existência de consórcio registrado no cartório de títulos e documentos.

A proposição estabelece também que os membros do consórcio serão solidariamente responsáveis pelos direitos previdenciários e trabalhistas devidos ao empregado e, salvo disposição contratual em sentido diverso, a prestação de serviços a mais de um membro do consórcio não enseja a formação de outro vínculo empregatício.

A determinação de registro na carteira de trabalho pelo “administrador” é a “fórmula” pela qual pretende o projeto de burlar a legislação trabalhista, notadamente dos artigos 29 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que disciplinam sobre a obrigatoriedade de anotações na CTPS

OPINIÃO DO DIAP

O consultor técnico do Diap, advogado Hélio Gherardi, explica que a determinação de registro na carteira de trabalho pelo “administrador” é a “fórmula” pela qual pretende o projeto de burlar a legislação trabalhista, notadamente dos artigos 29 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que disciplinam sobre a obrigatoriedade de anotações na CTPS.

Para Gherardi, a proposta “configura a fraude consignada no artigo 9º, da própria CLT, que determina que serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação”.

Já para Zilmara Alencar, também consultora técnica do Diap, o caráter progressista e modernista da medida de instituição do consórcio de empregadores urbanos precisa oferecer respostas para algumas indagações importantes e necessárias à proteção laboral.

“Como se dará o enquadramento sindical dos empregados do consórcio?. Há alguma ferramenta de limitação efetiva ao emprego do consórcio como mera “fachada” para intermediação de mão-de-obra entre o administrador e as demais pessoas jurídicas integrantes do consórcio?. Qual a motivação jurídico-legislativa para que se admita o consórcio de pessoas jurídicas?. Essa modalidade não se confunde com a figura do Grupo Econômico, já admitida em direito?. Há algum parâmetro e/ou critério legal limitador para fins de constituição do consórcio, no qual a prestação dos serviços referidos se vincula, tais como: 1) interesses comuns entre os sócios; 2) comunhão ou a conexão do negócio; 3) serviços contratados similares ou conexos; 4) necessidade de aproveitamento direto ou indireto de mão-de-obra”.

TRAMITAÇÃO

O PL 6.909/2013 será agora apreciada na Câmara dos Deputados. Pelo menos três comissões devem analisar a proposta – Desenvolvimento Econômico; Trabalho; e Constituição e Justiça – sem a necessidade de votação no plenário, a menos que seja apresentado recurso assinado por 51 deputados.

O Diap, em cumprimento à missão institucional de informar as entidades sindicais de trabalhadores e a sociedade, continuará acompanhando de perto a tramitação dessa matéria para que potenciais ameaças aos trabalhadores sejam combatidas pelas representações dos assalariados.

SERVIÇO PÚBLICO

Regulamentação do direito de greve é adiada para 2014

Ficou para 2014 a tentativa de apreciação de um texto-base de regulamentação do direito de greve no serviço público na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição (CMCLF).

Em reunião com o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR) no dia 17 de dezembro, foi anunciado pelas centrais sindicais – CUT, FS, NCST, CSP-Conlutas, UGT e CTB – que haverá uma audiência pública no dia 12 de fevereiro de 2014 com a finalidade de aprofundar o debate e avançar na construção de uma proposta de regulamentação do direito de greve para o funcionalismo público.

Jucá recebeu das centrais sindicais um documento sugerindo 44 modificações no anteprojeto apresentado recentemente pelo senador. Dentre os posicionamentos divergentes, temas como percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante as paralisações, atividades não essenciais e a diminuição do intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a sua deflagração.

Jucá se comprometeu a acolher as sugestões apresentadas pelos sindicalistas. “A ideia é fazer um texto redondo, que tenha sido negociado com as centrais, com o objetivo de ter uma tramitação rápida”, afirmou o senador.

MUDANÇAS SUGERIDAS

Jucá sugeriu aos sindicalistas, por exemplo, reduzir de 80% para

60% o percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante as paralisações. Entre esses serviços estão as emergências de hospitais, abastecimento de água e energia, coleta de lixo, defesa civil e controle de tráfego aéreo, por exemplo. Já os serviços não essenciais terão 40% do funcionamento preservado – embora a ideia original do senador fosse manter 50%.

Jucá recebeu das centrais sindicais um documento sugerindo 44 modificações no anteprojeto apresentado. Dentre os posicionamentos divergentes, temas como percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais e a diminuição do intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a sua deflagração

Especificamente nas greves de policiais, o texto do senador passou a liberar o porte de armas no trajeto entre o local de manifestação e a casa do policial, mas nunca durante as manifestações.

Em nome do consenso, o senador também diminuiu o intervalo mínimo entre o comunicado de greve e a sua deflagração de 15 para dez dias. Os sindicatos pediam um prazo bem menor, de 72 horas, mas o senador não cedeu para evitar transtornos à população como

as paralisações de rodoviários e metroviários, geralmente avisadas poucas horas antes do início.

O novo texto que o senador Jucá vier a formular como proposta de regulamentação do direito de greve no serviço público será apresentado e discutido na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, presidida pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO

Apesar de previsto na Constituição, o direito de greve do funcionalismo público nunca foi regulamentado. Entre os pontos mais polêmicos da discussão está o quantitativo mínimo de servidores que deverão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; a antecedência do aviso para a deflagração da greve; e a substituição de grevistas após decisão judicial, que, na avaliação de representantes de trabalhadores, invalidam o direito dos servidores públicos na prática.

O senador Jucá tem se reunido constantemente com representantes dos servidores públicos para a busca de entendimento necessário à formulação de um projeto de direito de greve. “Procuramos discutir com as centrais sindicais uma regulamentação já que há um hiato de 25 anos na Constituição. O próprio servidor fica exposto a uma decisão judicial sem nenhum parâmetro e estamos querendo construir uma base”, disse o senador.

A Nova Previdência dos Servidores: Regime Próprio e Complementar

A nova edição da série Estudos Técnicos do Diap está disponível. Trata-se da cartilha: “A Nova Previdência dos Servidores: Regime Próprio e Complementar” nasce com o propósito de esclarecer dúvidas a respeito das mudanças decorrentes das reformas da Previdência e da adoção da Previdência Complementar do Servidor Público.

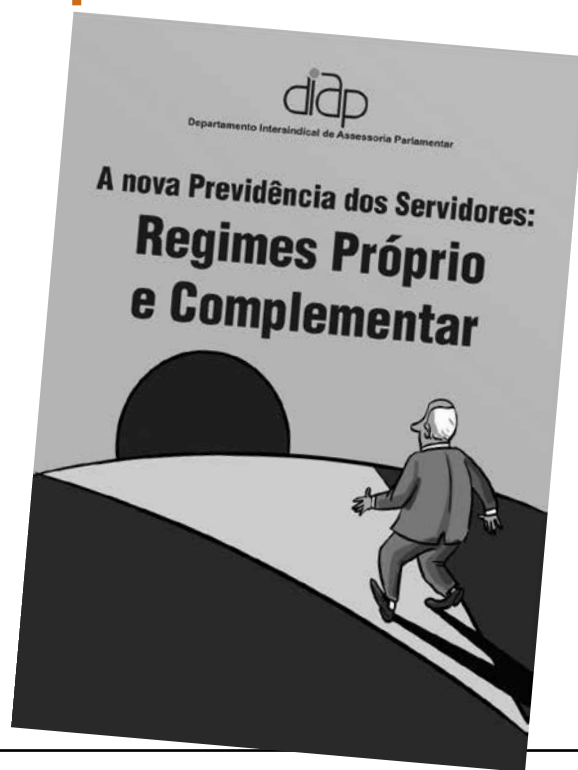
A publicação se insere no contexto da educação Previdenciária, que consiste em contribuir com o debate sobre os direitos e garantias previdenciárias dos trabalhadores em geral e dos servidores em particular.

Caso haja interesse em adquirir, entre em contato com o DIAP pelo telefone (61) 3225-9744 ou pelo e-mail iva@diap.org.br. Basta fazer o depósito em nome do DIAP, na Agência do Banco do Brasil 0452-9, na C/C 401.918-0, e enviar o comprovante com o endereço de correspondência para o fax (61) 3225-9150 ou para o e-mail acima.

Para os filiados, o exemplar da publicação custa R\$ 8. Caso queiram adquirir o pacote promocional de 100 exemplares, o preço unitário sai a R\$ 7 (valor da remessa de 100 exemplares já está incluso).

Para os não filiados, o exemplar da publicação custa R\$ 10. Caso queiram adquirir o pacote promocional de seis exemplares, o preço unitário fica R\$ 8.

A remessa da publicação é cobrada a parte e custa R\$ 6 até dois exemplares e sedex a cobrar a partir de três unidades.



Reforma Política e Regime Representativo



A nova edição da série Educação Política do Diap está disponível. Trata-se da cartilha: “Reforma Política e Regime Representativo”, que tem por finalidade proporcionar aos leitores uma visão ampla do sistema político brasileiro, do regime representativo e do sistema eleitoral e partidário.

A publicação está sob a forma de perguntas e respostas e joga luzes sobre os principais temas em debate na reforma política, com esclarecimento sobre pontos cruciais da reforma, como ampliação dos mecanismos de democracia participativa, financiamento de campanhas, voto proporcional e suas variações, voto distrital, voto facultativo, destituição de mandatos, coligações e federações de partidos, quociente eleitoral e partidário, candidaturas avulsas, entre outros.

Caso haja interesse em adquirir, entre em contato com o DIAP pelo telefone (61) 3225-9744 ou pelo e-mail iva@diap.org.br. Basta fazer o depósito em nome do DIAP, na Agência do Banco do Brasil 0452-9, na C/C 401.918-0, e enviar o comprovante com o endereço de correspondência para o fax (61) 3225-9150 ou para o e-mail acima.

Para os filiados, o exemplar da publicação custa R\$ 8. Caso queiram adquirir o pacote promocional de 100 exemplares, o preço unitário sai a R\$ 7 (valor da remessa de 100 exemplares já está incluso).

Para os não filiados, o exemplar da publicação custa R\$ 10. Caso queiram adquirir o pacote promocional de seis exemplares, o preço unitário fica R\$ 8.

A remessa da publicação é cobrada a parte e custa R\$ 6 até dois exemplares e sedex a cobrar a partir de três unidades.